



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 e 02 / jan-dez 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

O AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO MERCADO DE TRABALHO NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Perspectivas de inserção profissional dos Bachareis em Desenvolvimento Rural

THE RURAL DEVELOPMENT AGENT IN THE LABOR MARKET IN THE EASTERN AMAZON

Professional prospects for Rural Development graduates

Adrya Rayssa Chaves Paixão, Mestranda, UFPR, adryachaves79@gmail.com;

Philippe Jean Louis Sablayrolles, Doutor, UFPA, philippe_sablayrolles@hotmail.com;

Resumo

A dinâmica desenvolvimentista do meio rural no Brasil é marcada por importantes momentos que apontam diferentes ideologias e maneiras de promoção do desenvolvimento rural. Essa dinâmica é refletida diretamente nas condições e no modo de operação do mercado de trabalho para os agentes de desenvolvimento rural. Logo, este artigo, originado de um projeto de pesquisa e de um Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará, busca apresentar as instituições (públicas)/entidades (privadas) deste mercado de trabalho, e identificar as competências e habilidades demandadas para os profissionais atuantes nos processos de desenvolvimento rural. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários por meio de entrevistas realizadas com representantes das instituições/entidades selecionadas para a pesquisa. Constatou-se que há uma divergência nas formas de atuação e promoção do desenvolvimento rural entre o setor público e o setor privado, além de registrar as competências e habilidades necessárias para trabalhar com o desenvolvimento rural.

Palavras-chave

Desenvolvimento rural. Mercado de trabalho. Competências.

Abstract

The dynamics of rural development in Brazil are marked by important moments that point to different ideologies and ways of promoting rural development. This dynamic is directly reflected in the conditions and mode of operation of the labor market for rural development agents. Therefore, this article, which is the result of a research project and a Course Conclusion Paper for a Bachelor's Degree in Rural Development at the Federal University of Pará, seeks to present the (public) institutions / (private) entities in this job market, and to identify the skills and abilities required of professionals working in rural development processes. The methodology used was the application of questionnaires through interviews with representatives of the institutions/entities selected for the research. It was found that there is a divergence in the ways in which the public and private sectors work and promote rural development, as well as registering the competencies and skills needed to work in rural development.

Keywords

Rural development. Labor market. Skills.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a percepção do espaço rural brasileiro vem se transformando e apontando significativas perspectivas que transcendem o caráter reducionista do desenvolvimento rural pautado em dinâmicas exclusivamente agrícolas. Tais transformações promovem uma concepção sistêmica que abrange, além da dimensão produtiva, as facetas sociais, culturais, ambientais e econômicas do meio rural, a qual diverge da ideologia proposta na Revolução Verde (RV) (Navarro, 2001; Schneider, 2004, 2010).

No início do século XXI, as reconfigurações na noção de desenvolvimento rural (DR) tornaram-se bastante evidentes, uma vez que o Estado se aproximou mais da diversidade do espaço rural, principalmente no que diz respeito às particularidades da agricultura familiar. Essa aproximação se deu através da adoção de políticas públicas de valorização dos atores sociais e de seu sistema produtivo, o que, conseqüentemente, exigiria uma reestruturação nas formas de atuação dos profissionais que operam no meio rural visando desenvolvê-lo: os agentes de desenvolvimento rural (Albaladejo *et al.*, 2007).

Mesmo com a evolução das visões e dos conceitos sobre desenvolvimento rural, ainda se tem uma disposição ambígua e em disputa do espaço rural, por conta da diversidade dos tipos de uso do meio rural e os interesses presentes. Isso é refletido diretamente na heterogeneidade das formações profissionais em parcial consonância com as demandas do mercado de trabalho.

Dentre as formações que trabalham com a articulação e gestão de processos voltados para o desenvolvimento rural, com uma perspectiva mais integradora e multi/interdisciplinar, está o curso¹ de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (BDR), oferecido pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), na Universidade Federal do Pará (UFPA), no campus de Belém-PA.

O curso, iniciado em 2018 se apresenta como uma nova proposta no contexto formativo interdisciplinar, diferenciando-se dos cursos clássicos da área das ciências agrárias (engenharias agrária, florestal, ambiental), e tendo como norte a noção de

1 Existem outros cursos semelhantes pelo Brasil que tendem a satisfazer as demandas do mercado de trabalho que atuam com a articulação e gestão de processos voltados para o desenvolvimento rural, sendo eles, o Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), O Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), e o curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



desenvolvimento rural que compreende a sinergia entre os agentes do espaço rural, formando profissionais que atuem através de uma “perspectiva interdisciplinar inovadora e crítica, em diversas realidades produtivas e socioculturais, nas distintas escalas territoriais, amazônica e global.” (FACDES, 2021)

Como trata de um curso relativamente novo na região norte do Brasil — os primeiros 19 egressos se formaram no momento da publicação deste artigo —, ainda não goza de um espaço consolidado no mundo profissional. Nesse cenário, os estudantes do curso de graduação possuem indagações voltadas, principalmente, para sua inserção no mercado e as funções que irão assumir. Para atender essa demanda e responder tais indagações, docentes e discentes da Faculdade de Desenvolvimento Rural (FACDES) criaram um projeto intitulado “O agente de desenvolvimento rural no mercado de trabalho na Amazônia Oriental” para estudar e pesquisar as condições e as demandas das instituições de mercado.

Portanto, este artigo, originado de um Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará, objetiva apresentar uma amostra de instituições do mercado de trabalho na Amazônia Oriental, ligadas ao Desenvolvimento Rural (DR), e identificar as competências e habilidades demandadas pelas tais.

Para além desta introdução, este artigo comporta mais quatro seções. Na primeira seção faz-se um resgate teórico sobre conceitos de desenvolvimento rural, agente de desenvolvimento rural e competências que estão intrínsecos na problemática apontada. Na sequência, são tratadas as escolhas metodológicas e os instrumentos utilizados para a obtenção dos resultados da pesquisa. No terceiro momento discute-se estes resultados, trazendo uma análise das instituições/entidades entrevistadas relativa ao desenvolvimento rural e sua demanda de competências, relacionando com uma revisão da bibliografia. E, por fim, apresentam-se conclusões contendo considerações sobre os resultados obtidos e sua adequação (ou não) para responder ao problema de pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO: NOÇÕES E CONCEITO DESENVOLVIMENTO RURAL

As ideologias progressistas e modernistas, que embasam as estratégias de desenvolvimento dos atores e do Estado, se apoiam em distintos interesses. A



dinâmica global está, intimamente, ligada ao modelo capitalista que norteia as ações desenvolvimentistas (Oliveira, 2012).

Contudo, como se caracteriza o desenvolvimento pautado pela ideologia dominante? Para Singer (2004, p. 10, 11) “[...] As decisões sobre o desenvolvimento capitalista sempre visam à maximização do retorno sobre o capital investido na atividade econômica [...]. Mas o desenvolvimento capitalista é seletivo, tanto social como geograficamente.” Assim, analisa-se que pensar e promover o almejado desenvolvimento, principalmente, econômico, quando atrelado a um conceito hegemônico, tem caráter reducionista e, dessa forma, as dinâmicas socioambientais, bem como as diversas realidades e especificidades encontradas nas dinâmicas territoriais rurais, se constroem subordinadas.

Quando se trata do DR não é diferente, a conjuntura política e histórica do Brasil é pautada em tal modelo regido pelo grande capital. O espaço rural no país era considerado atrasado, disfuncional, e nesse sentido, o Estado apoiou-se e orientou-se pela estratégia proposta pela Revolução Verde, a qual buscava a industrialização e modernização do setor agrícola. Voltada para médios e grandes produtores, a RV caracterizava-se pela introdução de inovações técnicas, maquinário e de insumos químicos, criando um movimento circular de mercado e promovendo uma transformação do meio ambiente. As políticas privilegiavam a produtividade do setor agrícola, num sentido restrito: a produção por unidade de área, sem consideração dos outros aspectos do rural. Consequentemente, o chamado desenvolvimento rural guiava-se a partir de determinantes macroestruturais e externos ao ambiente rural (Navarro, 2001). A agricultura “modernizada”, consumidora de insumos e equipamentos industriais, integrada às cadeias agroindustriais, promovida pelas políticas públicas setorizadas, tornou-se funcional ao modelo de industrialização nacional.

Nos anos 1970, a noção de desenvolvimento rural que permeia no Brasil era embasada na disseminação do padrão de agricultura capitalista e, como o país tem grande parte de sua economia agrícola baseada na exportação de matéria-prima e *commodities*, criou-se o que Tolentino (2016, p.98) chamou de “mecanismo de dependência”² dessa concepção de DR.

Traçando um caminho que se inicia na Revolução Verde pode-se notar que, ao

2 Esse mecanismo de dependência se dá por conta da subordinação do Brasil à economia exportadora, apoiando-se nas exigências do mercado externo e na noção do modelo hegemônico.



longo do tempo, os conceitos de DR atravessaram diferentes cenários. Nos anos 1990, a noção de DR tomou outra conotação, principalmente pela visibilidade da agricultura familiar (AF) enquanto ator social, considerando suas diferentes identidades (assentados, ribeirinhos, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, pescadores artesanais, etc) e que traz consigo a noção de capital social atrelado ao conceito de desenvolvimento rural. Os mecanismos identificados a partir da agricultura familiar e do capital social quebram o limite da esfera unicamente agrícola. A visão do meio rural passa a ser muito mais complexa, ou seja, passa a ser visualizado como um território detentor de raízes históricas, de distintas identidades socioculturais e de um importante tecido social (Navarro, 2001; Abramovay, 2000). Isso significa dizer que o capital social desenvolvido pela AF utiliza “as estruturas sociais como recursos, paralelamente ao capital que os indivíduos podem dispor” (Abramovay, 2000, p. 4), no âmbito de um espaço geográfico cerne da elaboração histórica de sua identidade, o território³.

Com a mudança da percepção do território, seguida de uma nova interpretação de DR, as percepções das dinâmicas socioambientais e territoriais rurais deixam de ser subordinadas ao modelo clássico e passam a compor, como peças importantes, o novo paradigma de desenvolvimento (Abramovay, 2000).

Destarte, trabalhar DR fundamentado na dimensão territorial diverge da abordagem na dimensão meramente econômica. A dinâmica não emerge somente da racionalidade e estratégia operacional do desenvolvimento agrícola produtivista, mas também por meio da valorização dos “atributos endógenos aos territórios” (Oliveira, 2012, p. 34), levando em consideração a “configuração heterogênea e transversal que engloba as relações entre atores sociais e as características regionais” (Navarro, 2001, p.92).

Tal contextualização evidencia duas diferentes visões de desenvolvimento rural. Ambas estão presentes atualmente e seguem em disputa, visto que, dependem da cena política e dos interesses vigentes do Estado.

Na prática, Schneider propõe seis mudanças gerais nas abordagens políticas de DR:

[...] o crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade, fazendo com que esta perceba que o rural pode fornecer muito mais do

3 Haesbaert (2004) ressalta que o conceito de território está conectado com as relações de poder e apropriação, que norteiam a ocupação da terra, não somente o poder político ou econômico, mas, também, num sentido muito mais simbólico. Dessa maneira, a formação de um território é indissociável do sentido de territorialidade onde dota-se de significado o modo como usa-se a terra e as formas de organização no espaço que são intrínsecas às relações sociais.



que alimentos e matérias-primas. Segundo, uma necessidade urgente em definir um novo modelo agrícola que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural, entre atividades agrícolas e não-agrícolas, entre ecossistemas locais e regionais, permitindo a convivência de iniciativas e atividades diversificadas. Terceiro, um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades, atribuindo-se um novo papel aos centros urbanos e à combinação de atividades multiocupacionais, com claro estímulo à pluriatividade. Quarto, um modelo que redefine o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais, sejam eles os agricultores ou os novos usuários (proprietários de sítios de lazer, moradias secundárias, empresas, condomínios, etc.). Quinto, um desenvolvimento rural que leve em conta a necessidade de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições, que não podem ser mais exclusivamente direcionados à agricultura. Sexto, e último, levar em consideração as múltiplas facetas ambientais, buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos. (Schneider, 2004, p.95 - 96)

Tais mudanças enaltecem uma concepção do desenvolvimento pensado a partir de atores, de suas estratégias, um jogo de cooperação e conflitos e não mais como produto mecânico da alocação de fatores (crédito, assistência técnica, insumos e equipamentos industriais) dispostos no padrão da RV (Schneider, 2004).

O AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Após o levantamento das noções que qualificam o desenvolvimento rural, faz-se necessário compreender como o DR é implementado, na prática, pelos profissionais responsáveis diretos pelo apoio e estímulo a processos de DR, e as características da formação dos agentes de desenvolvimento rural.

Segundo Simões (2016), a mudança no cenário político do Brasil acarretou a aproximação entre Estado e agricultura familiar. Todavia, para abranger e prestar o devido apoio a todos os atores sociais que estão inseridos no conjunto diversificado do espaço rural, não dever-se-ia impor uma reestruturação das bases metodológicas e pedagógicas das formações profissionais?

Se for considerado o ponto de vista de que a formação clássica dos agrônomos e/ou técnicos de desenvolvimento rural preza, no melhor dos casos, por abordagens agroeconômicas, que não levam em conta as interfaces sociais e cujo trabalho é marcado



pela potencial manipulação da comunidade rural em detrimento de uma visão conjunta e integrada, então a resposta para o questionamento acima seria sim. Dessa forma, faz-se necessário uma mudança de paradigma, substituindo a formação da academia clássica por uma perspectiva construtiva, utilizando novos instrumentos para a compreensão da realidade e propagando a nova visão de desenvolvimento rural (Simões, 2016; Albaladejo *et al.*, 2007)

Nessa nova forma de pensar DR é primordial promover um desenvolvimento participativo que preconiza o envolvimento dos atores sociais rurais na construção do almejado desenvolvimento, fazendo uso de métodos descentralizados de representação de interesses, de poderes e de interações políticas, e desconstruindo a hierarquia desenvolvimentista puramente acadêmica. Isto posto, os agentes de desenvolvimento devem estar capacitados dentro dessa nova concepção (Albaladejo *et al.*, 2007).

Neto e Oliveira (2019, p.5) apontam que a missão do agente de DR é compreender e analisar “[...] as articulações de atores sociais e territoriais, instituições, redes, sistemas e processos que o produzem e o põem em funcionamento”. Assim, será capaz de se posicionar mediante os distintos aspectos inerentes ao meio rural, desmantelando a predominância absoluta da técnica.

Nesse sentido, os mesmos autores apresentam um novo tipo de formação profissional dissociado do projeto pedagógico dos cursos clássicos que, como aponta uma investigação e reflexão feita por Simões (2016), restringem o âmbito rural ao seu valor produtivista.

O Bacharelado em Desenvolvimento Rural da FACDES/INEAF/UFPA é um curso que preconiza a formação de profissionais especialistas nas abordagens construtivistas e integradas, uma vez que constrói uma identidade socioprofissional por meio do processo circular entre as áreas de conhecimento, modificando as competências clássicas e tradicionalmente instituídas, e empregando novas, criadas na conexão interdisciplinar, que discutem as facetas complexas, e com a relação objetiva com o ambiente rural (Neto, Oliveira, 2019; FACDES, 2017).

No campo da ação, o agente de DR atua como “mediador, construtor e articulador de processos, formador, analista, projetista, entre outros papéis relacionados” (Neto, Oliveira, 2019, p. 5 e 7; FACDES, 2017). As funções citadas exigem um conhecimento prévio e competências especializadas que desencadeiam a excelência do profissional.



AS COMPETÊNCIAS DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Para a formação de um profissional especializado capaz de atuar nos processos relacionados à promoção do desenvolvimento rural é importante que este disponha de importantes atributos cognitivos, acadêmicos e de vivência que o auxiliem na sua atuação no espaço rural com vistas a solucionar problemas. Logo, o agente de DR precisa desenvolver uma gama de capacidades e competências estabelecidas ao longo de sua formação acadêmica, a nível tecnológico, da graduação ou pós-graduação, as quais o qualificam e o valorizam como profissional. Podemos imaginar uma carreira de profissionais de DR, onde os egressos da formação superior poderiam contribuir na capacitação dos discentes de nível técnico e tecnológico.

As competências são construídas por meio de convergências entre o conhecimento acadêmico, habilidades e atitudes humanas aprimoradas no exercício intelectual. Tais competências são evidenciadas através da qualidade do seu desempenho profissional e na harmonia de sua estratégia com o contexto trabalhado (Brandão, Bahry, 2005).

O enfoque interdisciplinar desenvolve competências imprescindíveis para a performance desses agentes, pois, é capaz de relacionar os conhecimentos das ciências (técnicas, econômicas, sociais, ambientais) e dispor de metodologias capazes de permitir a compreensão das complexas dinâmicas características do meio rural, utilizando-se do tripé “analisar-planejar-agir” (Neto, Oliveira, 2019, p.5; Santos, Teixeira, 2015).

Dentro das competências atreladas ao sistema interdisciplinar encontra-se o enfoque sistêmico, o qual é de incontestável relevância para o desenvolvimento rural. Neto e Oliveira (2019) discorrem sobre aspectos que fazem parte da formação de um agente de DR e que culminam na visão sistêmica: “[...]construir uma nova relação urbano-rural, articular atores e sistemas na escala local e regional preferencialmente, estimular processos participativos, analisar cadeias produtivas e contextos, valorizar os aspectos socioambientais da produção, a inclusão social [...]” (UNILA, 2014 apud Neto, Oliveira, 2019, p.6; FACDES, 2017).

Conforme Silva e Rocha (2015) os termos mediador e articulador, competências norteadoras do agente de DR, estão relacionados com a capacidade do profissional de facilitar as transações entre atores e criar uma ponte entre os distintos e desconectados sujeitos em uma estrutura social heterogênea, além de ter aptidão para reunir os demais profissionais (técnico, agrônomo, advogados, administradores, etc.) da área de articulação



do DR e mobilizar os conhecimentos especializados.

O ato de mediar, articular, animar e formar está intimamente relacionado ao novo paradigma de DR, uma vez que esse modelo contempla os atores sociais como peças estratégicas e importantes para efetivação do desenvolvimento rural. Ou seja, as competências acima dão métodos para viabilizar a participação dos atores, protagonizando o conhecimento empírico (já abordado anteriormente no âmbito do desenvolvimento participativo) e desconstruem a hierarquia e o preconceito atrelados à visão clássica restritiva do DR.

No campo de intervenção do agente de DR tem-se uma interligação com competências genéricas, mas, também, com o espaço geográfico de análise. No bioma amazônico, por exemplo, há uma variedade de visões e relações com o ambiente rural, sendo a mais instigante e marginalizada aquela dos atores que utilizam o meio e seus recursos naturais como meios para subsistência, estabelecem uma relação com a floresta e com a natureza de uma maneira geral, que leva em conta e respeita os ciclos naturais, e procuram adotar práticas que possibilitem a manutenção e regeneração dos elementos naturais. Ou seja, procuram manter um certo equilíbrio. Assim, os agentes de DR devem promover um desenvolvimento que seja condizente com a estrutura ambiental, social e cultural das populações com as quais trabalham, e não somente com a estrutura estritamente econômica, ou puramente técnica pensada sem uma interação suficiente com os sujeitos do campo.

É necessário então mobilizar as capacidades de análise crítica das ciências humanas para fazer os profissionais do desenvolvimento compreenderem que a participação na Amazônia passa pela experiência recíproca de uma parceria de longa duração entre pesquisadores e atores do mundo rural (Albaladejo *et al.*, 2007, p. 314)

Portanto, este trabalho relaciona a nova concepção do desenvolvimento rural com as características do profissional que trabalha o DR, e as competências relacionadas. Dessa maneira, busca-se compreender as características das instituições/entidades selecionadas, as quais operam diretamente no DR, afim de analisar se a noção de DR colocada está em consonância com suas práticas efetivas no DR, e se inclui o espaço rural como um todo, contemplando sua complexidade.

METODOLOGIA

Os passos metodológicos desenvolvidos visam alcançar os objetivos definidos para a realização do projeto de pesquisa “O agente de desenvolvimento rural no mercado de trabalho na Amazônia Oriental”, desenvolvido a partir de 2021 pelo INEAF. A equipe do projeto foi formada pelos docentes do curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural/FACDES/INEAF/UFGA, Philippe J. L. Sablayrolles (coordenação), Monique Medeiros, Myriam Cyntia Cesar de Oliveira, Thomas Ludewigs e Fábio Halmenschlager; e pelos discentes do mesmo curso Adrya Rayssa Chaves Paixão, Deise Cristina Lima de Oliveira, Adson Diego Teles da Silva, Jose Felipe Rodrigues Da Costa, Marcus Vinicius Ferreira Bezerra, Izabelli Galvão Costa, Giovanni Dias De Moraes, Yngrid Maia Pereira.

Apresenta-se a maneira de construir a amostra das instituições e entidades entrevistadas, assim como a estrutura do roteiro utilizado nas entrevistas, a partir de uma estratégia metodológica clássica de ciência social⁴. Nos resultados alcançados pela pesquisa são caracterizadas e analisadas as instituições/entidades, a partir de sua missão e concepção de DR, das modalidades de sua atuação efetiva a campo, e das competências e habilidades do agente de DR que são demandadas. Partindo dessa análise, busca-se investigar qualitativamente as condições do mercado de trabalho tomando como referência as entrevistas realizadas.

Esta pesquisa inicia-se com o levantamento de uma amostra não probabilística de instituições/entidades que atuam na Amazônia Oriental, onde se categorizou diferentes categorias de instituições “públicas” (no âmbito federal, estadual e municipal) e “privadas” (organizações não governamentais — ONG’s, empresas, cooperativas e movimentos sociais). Posteriormente, a seleção de 14 instituições se deu por conveniência, o que significa dizer que se privilegiou instituições às quais os docentes do INEAF já possuísem um conhecimento prévio e uma relação de confiança estabelecida com pessoas ligadas a estas instituições, de modo a garantir a qualidade e consistência das informações.

Desse modo, foram feitas entrevistas com representantes da amostra selecionada de 14 instituições, metade setor público, metade setor privado/terceiro setor, sendo

4 Tal metodologia fundamenta-se na investigação social fazendo associação entre “níveis de conhecimento científico: universo de pesquisa, sistema tecnológico (métodos e técnicas de pesquisa), sistema teórico (hipóteses, conceitos, esquemas conceituais e teorias) e metateórico (fundamentos lógicos, epistemológicos e ontológicos da ciência social).” (Filho, 1976, p.268)



elas: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF-UFPA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria de Educação do Município de Salvaterra (SEDUC Salvaterra), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Cooperativa Agropecuária do Salgado Paraense (CASP), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), The Nature Conservancy (TNC), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI-PA), Natura, Instituto PEABIRÚ.

Como foram escolhidos um ou alguns responsáveis de cada instituição/entidade para las representar, esta pesquisa reconhece a subjetividade dos entrevistados e a particularidade das visões sobre a instituição/entidade que é refletida em suas respostas. Por esse motivo, frisa-se a importância da análise de coerência das respostas que foi realizada posteriormente como forma de limitar esse efeito de subjetividade.

As entrevistas foram realizadas no período de julho a outubro de 2021, a maioria por telefone, devido ao contexto de pandemia. O quadro de entrevistadores foi formado por grupos de dois discentes e um docente vinculado ao projeto de pesquisa. As entrevistas eram gravadas para, em seguida, a relatoria e sistematização dos dados serem realizadas pelos discentes a partir de uma ficha padrão.

A ficha/roteiro das entrevistas foi estruturada da seguinte forma: I – Caracterização da entidade enquanto catalisadora do desenvolvimento rural; II – Caracterização das competências e habilidades demandadas pela entidade; III – Perspectivas de evolução da instituição em termos de competências / habilidades. Cada tópico possui questões objetivas e subjetivas para conduzir a entrevista.

Após a etapa de entrevistas e fichamentos, o segundo momento da pesquisa consistiu numa análise mais elaborada e detalhada de cada entrevista usando o método “Ad Hoc”⁵. Esta segunda etapa foi o objeto do TCC da discente Adrya Rayssa Chaves Paixão.

Dessa maneira, organizou-se uma tabela comparativa, utilizando o *software* MS Excel: 1.

5 Foram analisadas as respostas das instituições: (a) visando estabelecer sua coerência entre os três temas principais do roteiro: concepção de DR, dispositivo de atuação a campo, competências demandadas; (b) comparadas as respostas das instituições para cada um dos 3 temas.



Posicionamento e funções/concepções assumidas da instituição no desenvolvimento rural (concepção do DR; posicionamento — como atua —; público prioritário); 2. Dimensão da instituição e sua estrutura a campo (número de pessoas, geografia de atuação, faturamento; quais setores da instituição atuam a campo?); 3. Tipos de profissionais e competências / habilidades demandadas para atuar no desenvolvimento rural (critérios de seleção dos profissionais; tipos de empregos ofertados para o DR —condições, responsabilidades —; competências e habilidades).

Com as informações destrinchadas e verificada a coerência das respostas (entre concepção do desenvolvimento rural, formas de atuação, estrutura de atuação no campo, competências e habilidades) partiu-se para a definição de uma tipologia, constituída por instituições e suas demandas por determinadas competências e habilidades, além de caracterizar e listar quais as principais competências e habilidades que o futuro profissional deve dominar.

Os dados provenientes das análises foram tratados na plataforma MS Office (Excel, PowerPoint e Word) fazendo uso de planilhas, relatórios e quadros que apresentam a sistematização e análise de dados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira tabela mostra o posicionamento relativo ao DR de cada instituição, de maneira sintética, atentando à especificidade de cada uma para fins de visualização e posterior comparação.

Quadro 1: Caracterização da amostra e dos resultados

Instituições públicas	Posicionamento Funções/ Concepções de DR	Setores voltados para DR/Dispositivo à campo	Competências Habilidades
EMA-TER	-É uma instituição de abrangência estadual; -DR compreende as múltiplas dimensões do meio rural; -Divulga inovações e tecnologias no âmbito de sua prática de extensão rural; -Os públicos atendidos são agricultores familiares, quilombolas e médios produtores.	-12 escritórios regionais e 144 escritórios locais; -Extensionistas municipais trabalham diretamente com a sociedade rural.	-Realizar diagnósticos e projetos; -Trabalho a campo e em equipe; -Visão multidisciplinar; -Mobilizar conhecimentos técnicos especializados.

SEBRAE	<ul style="list-style-type: none"> -É uma instituição de abrangência federal; -DR é incentivar o empreendedorismo; - Foco em micro e pequenas empresas, voltado para o empreendedorismo; 	<ul style="list-style-type: none"> -26 regionais no PA em municípios no meio rural; -Trabalham no campo por meio de consultoria para o produtor. 	<ul style="list-style-type: none"> -Diversas (porém mais voltadas para empreendedorismo e inovação); -Visão sistêmica do estabelecimento agrícola.
EMBRA-PA	<ul style="list-style-type: none"> -A Embrapa tem atuação em todo território nacional; -DR é acrescentar algo no meio rural; -Tem por missão gerar, por meio de pesquisas, conhecimento e tecnologia para o meio rural; -As iniciativas de DR são direcionadas pelas demandas do agente financiador (posicionamento flexível); -Os principais públicos atendidos são agricultores de pequeno, médio e grande porte, quilombolas, ribeirinhos e indígenas; 	<ul style="list-style-type: none"> -Possui Núcleos de Apoio à Pesquisa e Transferência de Tecnologias espalhados em todas as regiões do estado do Pará; -O setor de difusão de tecnologia faz parte do trabalho no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> -Visão crítica, global, inter-disciplinar do meio rural; -Domínio do método científico; -Conhecimentos técnicos especializados; -Trabalho em equipe, liderança e capacidade de gerir projetos.
ITERPA	<ul style="list-style-type: none"> -É uma instituição de abrangência estadual; -DR é centrado na garantia de acesso à terra e regularização fundiária, ou seja, sua finalidade como instituição; -As ações são principalmente voltadas para o produtor rural (pequeno, médio e grande). 	<ul style="list-style-type: none"> -Gerências para públicos-alvos; -Os técnicos operam no campo para o levantamento de informações para a titulação de terra. 	<ul style="list-style-type: none"> -Conhecimentos técnicos especializados; -Visão multidisciplinar; -Elaboração de relatórios técnicos e de mapas.
INCRA	<ul style="list-style-type: none"> -É uma instituição de abrangência federal; - Sensibilidade ambiental; -Atua no planejamento, implementação e administração de assentamentos rurais, redistribuição fundiária, regularização ambiental, assistência técnica, acesso à políticas públicas -Públicos atendidos: agricultores familiares e quilombolas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Unidades regionais, locais e avançadas; -Poucos funcionários operam no campo (40 de 110 na Superintendência do PA). 	<ul style="list-style-type: none"> -Sem especificação (contrato por formação); -Tendência a terceirizar o trabalho de campo.
INEAF/UFPA	<ul style="list-style-type: none"> -Instituição de porte federal; -DR com foco no fortalecimento da agricultura familiar paraense (englobando agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos); -Funções: produção de conhecimento e formação de recursos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> -Formações universitárias, projetos de pesquisa e extensão (voltadas para o meio rural); 	<ul style="list-style-type: none"> -Visão sistêmica, crítica e interdisciplinar do meio rural; -Mobilizar conhecimentos especializados; -Diferentes métodos científicos; -Trabalhar em equipe e num ambiente participativo.

SEDUC Salva- terra	-Instituição de abrangência municipal; -O DR é visto como uma forma de fomentar os valores do desenvolvimento educacional; -Apoio ao acesso do público atendido a políticas públicas e realização de projetos de âmbito social; -O público atendido são agricultores familiares, quilombolas e estudantes urbanos.	-Novas coordenações que tratam as questões pedagógicas e sociais, porém são trabalhos mais burocráticos do que no campo.	-Estar inserido na realidade amazônica; -Visão multidisciplinar; -Mobilizar conhecimentos especializados; - Ter conhecimento de processos participativos.
--------------------------	---	--	--

Entidades privadas	Posicionamento Funções/ Concepções de DR	Setores voltados para DR/Dispositivo à campo	Competências Habilidades
PEABIRU	-DR é a reivindicação e garantia dos direitos básicos da comunidade rural; -É uma ONG que atua com assistência técnica fornecida às populações, incentivo à construção de mercados de comercialização baseado em estratégias coletivas e apoio ao acesso à políticas públicas; -Público alvo: agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.	-Um escritório no meio rural; -Trabalho no campo depende dos projetos vigentes.	-Estar inserido na realidade amazônica; -Realizar diagnósticos e ter conhecimento sobre gestão de recursos naturais territoriais; -Visão multidisciplinar.
Natura	-DR tem foco na qualidade de vida das populações amazônicas, via capacitação de atores locais. -A Natura, que é uma empresa internacional de grande porte, promove o desenvolvimento das cadeias da sociobiodiversidade e incentiva a transformação e agregação de valor dos produtos comercializados. -Atua por meio de programas com populações tradicionais, ribeirinhos, indígenas, extrativistas, etc.	-Setor de suprimentos: responsável pelo fornecimento da matéria prima (inserido no campo).	-Estar inserido na realidade amazônica; -Conhecimentos específicos em cadeias produtivas, manejo florestal, extensão rural; -Prática e habilidades no campo; -Saber criar e cultivar diálogos com agricultores; -Visão multidisciplinar; -Diagnóstico ambiental.
Malungo	- É uma ONG que atende ao público quilombola; -Sua concepção de DR está intimamente ligada à garantia de acesso à regularização da terra para defesa dos territórios e, conseqüentemente, à defesa de autonomia e independência das comunidades quilombolas; -Portanto, atua como instituição de assessoramento jurídico	-Trabalham nas comunidades quilombolas numa perspectiva de empoderamento; -Funcionários responsáveis pela implementação de projetos.	- Ser quilombola (prioridade no contrato); -Conhecimentos técnicos especializados; -Visão multidisciplinar; -Elaboração de projetos.

TNC	-Visão de DR focada no agricultor e necessidade de reforço às políticas agrárias e ambientais; -TNC é uma ONG ambientalista internacional de grande porte que promove a agricultura sustentável apoiada nos mercados sustentáveis, o fortalecimento e apoio ao agricultor ao acesso à assistência técnica, regularização fundiária, crédito rural e insumos (germoplasma); - Busca beneficiar todos os tipos de agricultores.	-Projetos de campo nos polos de atuação.	-Estar inserido na realidade amazônica; - C o n h e c i m e n t o s técnicos especializados; -Prática e habilidades no campo; -Saber criar e cultivar diálogos com agricultores; - E n f o q u e multidisciplinar; -Diagnóstico ambiental.
IEB	-DR é fortalecer e empoderar atores sociais; -O IEB é uma ONG e atua no fortalecimento e capacitação dos povos contemplados pelos projetos da instituição; -Público-alvo: agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, indígenas, mulheres.	-3 escritórios distribuídos em capitais amazônicas e no meio rural; -Trabalham no campo através de projetos locais.	-Preferência por profissionais inseridos na realidade amazônica; -Trabalho em rede (articulando com vários setores); -Visão global e crítica do rural; -Elaboração de relatórios.
CASP	-DR é a melhoria das condições de vida dos produtores cooperados; -Os públicos atendidos são agricultores familiares e quilombolas; -A cooperativa atua na comercialização, assistência técnica e formação, acesso às políticas públicas e realização de projetos.	-A cooperativa está inserida no meio rural.	-Profissionais locais; -Qualidades humanas de relacionamento (respeito, diálogo, etc.); -Conhecimentos técnicos especializados.
FETA-GRI	-DR é defender os direitos humanos, a qualidade de vida, segurança alimentar, gestão ambiental, conhecimento para o agricultor, empoderamento da juventude, questão de gênero via o acesso à políticas públicas; -Os principais públicos atendidos pela instituição são agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos e indígenas;	- Além de 10 escritórios regionais, está presente em todos os municípios do PA; -Trabalham no campo através de projetos locais e apoio à classe trabalhadora rural.	-Estar inserido na realidade amazônica; -Trabalho a campo; -Conhecer políticas públicas; -Elaboração de relatórios; -Conhecimentos técnicos especializados.

Fonte: Elaborado pelos autores

Partindo da descrição minuciosa de cada instituição/entidade, conseguiu-se caracterizá-las e chegar a resultados que expressam seus atributos fundamentais e as concepções de DR que orientam suas missões e funções.



Nas instituições públicas, de maneira geral, o aspecto privilegiado ao DR está relacionado com as finalidades executivas das instituições (segurança jurídica da terra e acesso a políticas públicas, assistência técnica e uso de tecnologias, produção de conhecimento e tecnologias, formação de recursos humanos ao nível superior, empreendedorismo), além de incluírem nos seus discursos a importância da construção de um planejamento baseado nas demandas das comunidades rurais e na integração de todas as dimensões do meio rural.

Como são, na sua maior parte, instituições de grande porte, com abrangência federal e atuação estadual, interpreta-se que as iniciativas de DR são pautadas em decisões de tipo hierárquico, “de cima para baixo”, de modo que os atores sociais atendidos estão no terceiro nível na pirâmide de tomada de decisão, ou seja, considerados aqueles que recebem o desenvolvimento, e não os que o constroem. Assim, não há uma abordagem descentralizada, tal como discutida na essência do desenvolvimento participativo por Albaladejo *et al.* (2007), e a relação com o capital social disponível estudado por Abramovay (2000) é fragilizada.

Tal interpretação se reafirma na atuação de algumas instituições no campo, visto que o trabalho é mais centrado no escritório do que na inserção direta no campo. Mediante esta constatação pode-se questionar: será que essa certa distância de relações entre instituição e sociedade permite que as reais necessidades das comunidades rurais sejam correspondidas?

A seleção dos profissionais se dá por sua formação superior (a área de formação consta no edital de seleção), exigida em concursos públicos, mesmo que essa formação não desenvolva em sua metodologia pedagógica ferramentas de compreensão das inúmeras realidades rurais do Brasil. De acordo com os entrevistados, os editais de concursos públicos da área, no caso do estado do Pará, contemplam cursos clássicos como Engenharia Florestal, Agronomia, Técnico em Agropecuária, Veterinário, Zootecnista, entre outros, e esses são responsáveis pelas ações de DR nas instituições.

Embora o objetivo desta pesquisa não foca a qualidade das formações profissionais para exercer o papel de agente de DR, autores como Albaladejo *et al.* (2007) e Simões (2016) refletem sobre as formações clássicas na perspectiva da mudança de paradigma do DR e reiteram a importância de uma abordagem que transforme as relações, entre agentes de DR e atores sociais, e o método de profissionalização dos ofícios voltados para



o desenvolvimento. Nesse sentido, através da análise dos resultados e do embasamento teórico da pesquisa, lembra-se que os cursos citados acima não estão integrando completamente a proposta de inclusão social e diferenciação metodológica, que agregue a heterogeneidade rural posta por Navarro (2001).

Em contrapartida, as entidades privadas e/ou do terceiro setor dispõem de uma outra concepção do DR atrelada, principalmente, ao acesso aos direitos básicos e qualidade de vida da população rural, que é o impulso inicial para garantir e defender os territórios e as territorialidades. Essa posição das entidades se dá por conta da diversidade em termos de público atendido, que predominantemente são atores rurais anteriormente marginalizados.

Na amostra pesquisada do setor privado, destacam-se as ONG's que, na análise do Quadro 01, atuam a partir de estratégias coletivas, na qual os atores e seu conhecimento são posicionados como sujeitos essenciais na estruturação e efetivação do DR, fortalecendo-os e empoderando-os. Destarte, é possível observar a concepção do que Albaladejo *et al.* (2007) consideram como desenvolvimento participativo.

Diferentemente das instituições públicas, as entidades privadas possuem uma atuação relativa mais efetiva no campo através, principalmente, de projetos locais, o que leva a crer que seus profissionais se encontram bem mais integrados ao espaço rural. Além do mais, todas as entidades privilegiam profissionais que estão introduzidos e conhecem “por dentro” a região amazônica.

Nessas entidades⁶ a formação ao nível superior é importante, porém, como a incorporação de novos profissionais não é regida por um sistema de concursos e editais, o critério mais significativo e observado no processo de contratação de profissionais é a qualidade do trabalho e a capacidade do funcionário em demonstrar determinadas competências e habilidades, quando demandadas. Ou seja, a forma de atuação do profissional é mais priorizada que a sua formação acadêmica.

Logo, observa-se que as particularidades dessa amostra segregam particularmente os setores públicos e privados, evidenciando a heterogeneidade do mercado de trabalho tratando do desenvolvimento rural.

6 Importante reconhecer, entretanto, que a escala de atuação das entidades privadas, por ser local, possui menor capilaridade e capacidade de atendimento ao público efetivo da agricultura familiar, quando comparada ao setor público e, pelo mesmo motivo, constituem oferta de trabalho a profissionais de desenvolvimento rural significativamente menor que a constituída por organizações do setor público.



Depois de caracterizar as instituições/entidades e analisá-las, comparando os setores público e privado, elaborou-se uma lista das competências e habilidades principais, dispostas no Quadro 02. Qualificou-se “competências” como algo que é adquirido no curso superior com o conjunto dos elementos pedagógicos e considerou-se “habilidades” as características que os discentes já possuem e que irão ser ressaltadas e aprimoradas no decorrer do curso, notadamente em atividades práticas. Identifica-se cinco competências e cinco habilidades exigidas pelo mercado de trabalho para o DR.

Quadro 2: principais competências, habilidades demandadas pelo mercado de trabalho

Competências	Habilidades
Capacidade de recorrer a conhecimentos técnicos especializados. - Profissional que tem capacidade de convocar técnicos específicos em determinada área.	Trabalho a campo. - Ter aptidão e experiência com as situações encontradas a campo.
Visão multidisciplinar e sistêmica, visão global e crítica do rural. - Compreensão das escalas (local, regional, global), das dinâmicas e das dimensões do meio rural.	Processos participativos. - Capacidade de condução dos processos participativos; animador; mediador
Conhecer políticas públicas da agricultura familiar. - Conhecimento dos benefícios que podem ser alcançados pela população rural através do acesso a políticas públicas	Trabalho no ambiente de organizações, em rede. - Prática em trabalhar em diferentes setores e com distintos atores.
Domínio de metodologias participativas. - Metodologias essas que estão atreladas a construção do desenvolvimento participativo, já comentado.	Trabalho em equipe, qualidades humanas de relacionamento. - Respeito ao próximo e à diversidade.
Domínio do método científico. - Método acadêmico.	Capacidade de comunicação. - Saber articular-se em todos os ambientes.

Fonte: Elaborado pelo autor

O conjunto de competências e habilidades induz o domínio do profissional sobre determinadas ferramentas e metodologias práticas, como diagnósticos agrários, que descrevem os atributos e as análises feitas pelo agente de DR na localidade; planejamento, elaboração e avaliação dos projetos; redigir relatórios técnicos e científicos; desenvolver estudos e pesquisas; saber empregar e manusear dispositivos e materiais de animação e formação; conhecer instrumentos que competem à gestão dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que as instituições/entidades do mercado de trabalho destoam, principalmente, entre as formas de atuação do setor público e do setor privado.

No caso das instituições públicas depara-se com uma contradição quando se constata que no discurso utilizam o paradigma de DR guiado por estratégias que levam em consideração as interfaces entre todas as dimensões do rural, porém, na análise de seu posicionamento, onde somente repercutem os seus interesses e necessidades como instituição, e na situação do trabalho de campo, marcado pela distância do profissional com o ambiente social, fragilizam a visão construtiva do novo paradigma de DR emanada em seu próprio discurso.

Já no caso das entidades privadas consegue-se observar a interligação de suas práticas com a concepção de DR citada acima, rompendo a ideia “de cima para baixo” na atuação dos agentes de DR. Tal colocação, atrelada à diversidade dos públicos atendidos, transmite a importância que essas entidades dão para os atores sociais rurais para construir seus próprios processos de DR, mediante uma ação amplamente territorializada. A mesma reflexão se aplica a estrutura do curso na Universidade, sediado em Belém. Alternativas existem para aproximar mais a formação da realidade do campo — turmas em campi da UFPA no interior, PRONERA —, desde que meios adicionais possam ser alocados.

Para responder ao problema inicial da pesquisa, obteve-se resultados satisfatórios em geral. Não se alcançaram resultados suficientes para determinar quais tipos de emprego os estudantes do curso BDR poderiam assumir, contudo, tem-se o suficiente para afirmar que o egresso do curso teria as competências e habilidades fundamentais para assumir o papel de agente de DR nas instituições/entidades, algumas mais e outras menos. Dessa forma, a pesquisa do mercado de trabalho do DR, representado pela amostra, se mostrou globalmente congruente com a proposta de ensino trazida pelo curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (BDR).

Para complementar essa pesquisa, é necessário entender como as principais competências e habilidades estão sendo construídas ao longo do curso de BDR, através de um levantamento junto aos discentes e docentes do curso.

A amostra de 14 organizações entrevistadas, que embora (aparentemente) representativa do universo encontrado no estado do Pará/Amazônia Oriental, ilustra bem



a sua diversidade, mas não contempla a todas elas. Logo, trata-se de pesquisa qualitativa que envolve interpretação das atuações e demandas profissionais das organizações entrevistadas, seja pelos entrevistados, seja pela necessidade de síntese dos pesquisadores, e que, portanto, não está isenta de subjetividades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

ALBALADEJO, Christophe *et al.* Novas competências para os atores do desenvolvimento rural na Amazônia. **Área de Informação da Sede-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2007.

BRANDÃO, Hugo Pena; BAHRY, Carla Patricia. Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 179-194, 2005.

FACDES. **Faculdade de Desenvolvimento Rural**. 2021. Disponível em: <https://facdes.ufpa.br/>.

FACDES. **Projeto político-pedagógico do curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural**. Belém: INEAF-UFPA, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

MORAES, Ciro Dandolini de; DAQUINO, Carla de Abreu. **Avaliação de impacto ambiental: uma revisão da literatura sobre as principais metodologias**. 2016.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, p. 83-100, 2001.



OLIVEIRA FILHO, José Jeremias. Reconstruções metodológicas de processos de investigação social. **Revista de História**, v. 54, n. 107, p. 263-276, 1976.

OLIVEIRA, Maria Neuza da Silva. **A formação de técnicos e extensionistas rurais no contexto do desenvolvimento rural sustentável e da política nacional de assistência técnica e extensão rural**. 2012.

QUEIROZ NETO, Exzolvildres; DE OLIVEIRA, Gilson Batista. Fronteiras e limites na produção de novos campos profissionais para o espaço rural: o curso de bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, Paraná-Brasil. **Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo**, 2019.

SANTOS, Luciano; TEIXEIRA, Renato. Interdisciplinaridade como campo de diversidade. **Enciclopedia Biosfera**, v. 11, n. 20, 2015.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath; ROCHA, Ana Georgina. Mediação nas instituições participativas: articuladores territoriais e participação na política de desenvolvimento territorial. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 17, n. 1, 2015.

SIMÕES, A. Refletindo sobre a formação do agrônomo: a experiência da Universidade Federal do Pará. **Revista Brasileira de Agroecologia**, p. 81-92, 2016.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados**, v. 18, p. 7-22, 2004.



TOLENTINO, Michell Leonard Duarte. Da revolução verde ao discurso do PRONAF: a representação do desenvolvimento nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. *Cerrados*, v. 14, n. 2, p. 93-124, 2016.

